



MUSEU AO VIVO

JORNAL DO MUSEU DO ÍNDIO - RJ - Órgão da Fundação Nacional do Índio
ANO III - Nº 05 - JANEIRO || FEVEREIRO || MARÇO 1992



ÍNDIOS ARARA DO RIO BRANCO EM MATO GROSSO LUTAM PELA DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS

Pág. 4



Foto: Egon Heck / IBR - CNR

*José Rodrigo Vela e família,
Índios Arara do Beiradão (MT)*

Foto: Milton Gurari / 91



QUESTÃO YANOMAMI: DESTAQUE NO DEBATE PROMOVIDO PELO MUSEU DO ÍNDIO

O interesse do público voltou-se para a demarcação do território de 9,4 milhões de hectares, pertencente aos Índios Yanomami nos Estados de

Roraima e do Amazonas. São mais de nove mil pessoas, morando em cerca de 200 aldeias.

Pág. 3

Índios Yanomami da região do Homaxi - antiga "pista do Jeremias", onde o garimpo atuou com maior intensidade

Câmara Municipal do Rio homenageia presidente da FUNAI

Museu ao Vivo constitui um trabalho de divulgação da causa indígena. E é com esse objetivo que pretende sempre mostrar aos seus leitores as várias realidades dos povos indígenas no Brasil.

Nesta edição, abordamos a polêmica questão Yanomami, tentando esclarecer conceitos mal interpretados pela sociedade nacional como terra e territórios indígenas. Pretendemos, também, responder à opinião pública o porquê de garantir 94.191 km² para "apenas" nove mil pessoas.

Com relação aos Arara do Rio Branco, em Mato Grosso, é a resistência de um povo indígena que ganha destaque. Apesar de não terem a posse de suas terras assegurada, ainda está viva neles o que chamamos de identidade étnica, diferenciando esses rostos dentre as comunidades da região, mesmo quando todos estão juntos na balsa do Rio Aripuanã.

A problemática indígena se agrava à medida que a sensibilidade humana perde para os interesses do poder econômico.

No dia 21 de novembro passado, o presidente da Funai, Sydney Pozzuolo, recebeu, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro.

"A alma de um simples homem do mato como eu está, como deveria, extremamente alegre desde o dia 15 de novembro, dia em que o Presidente Fernando Collor cancelou o ato de demarcação das terras Yanomami para seus únicos habitantes imortais: os próprios Yanomami.

Ao longo de minha vida de santista tenho convivido, em mau dia-a-dia, com o sofrimento a que os índios, nesta pátria, são submetidos. Sofrimento que teve início com o descobrimento do Brasil e que, com o passar dos séculos, foi intensificado à medida que as fronteiras econômicas expandiram-se do litoral para o interior.

Ao longo de vista a quatro anos de trabalho, pude constatar o martírio ao qual o índio foi submetido em virtude do contato — inevitável — com a sociedade envolvente. Sociedade que o subjugou e, ao subjuguado, impõe um triste rito de passagem que, sem conceder tempo a essas pessoas que fazem parte de uma humanidade diversa da nossa, expulsa-os de um pleno estado de equilíbrio ecológico e sócio-cultural, relegando-os a miseráveis condições de vida.

Eu não sou um etnólogo, não sou um antropólogo, não sou um pesquisador. Sou, sim, um homem que durante toda a vida conviveu com fatos, com pessoas, com grupos humanos que se encontravam em situação difícil.

Transformado em presidente da Fundação Nacional do Índio em um momento de imensas dificuldades, meu espírito, hoje, dia em que nasci carioca pelos méritos dos Senhores, ainda se amonina com a lembrança, pelo Governo, dos compromissos da Rondon em favor das populações indígenas.

Na errônea visão cultivada pelos que jamais conseguiram ouvir a voz do infortúnio dos povos indígenas, o Governo teria sido excessivamente generoso ao conceder nove milhões e quatrocentos mil hectares aos Yanomami.

Ao tomar essa histórica decisão o Governo não concedeu nem deu aos Yanomami coisa alguma. A terra do índio é a terra de um povo.

Os Yanomami são um povo sofrido, maltratado, reduzido, que necessita — acima de tudo — de respeito por parte da nossa sociedade. E de terra para sobreviver com um mínimo de dignidade.

No distorcido entendimento daqueles que não respeitam culturas diferentes das suas, o povo yanomami, que há milênios vive no mesmo lugar, tanta recebido terra em exagero para abrigar uma população estimada em cerca de 10 mil seres humanos.

Atemorados ao etnocentrismo que cultiva a máxima de que "não se deve dar muita terra para pouco índio", fingem desconhecer que para nossa sociedade não há fronteiras, não há limites.

Para os índios, contudo, o seu território é a dimensão exata do seu universo. Universo onde nasceram, viveram e morreram os seus antepassados. E onde, milênios atrás, prosseguem existindo os seus ancestrais que "demarcaram" o espaço necessário à sobrevivência cultural e à produção material de um povo, porque é na terra indígena que estão disseminados os sítios e os elementos que sustentam a cultura do seu universo mítico.

Hoje, na terra carioca, minha alma mais se indianiza. Ser carioca, dir o nome Tupi, é ser também um pouco índio. E aqui, no Rio de Janeiro, onde os índios lutaram e morreram em batalhas pela terra brasileira, recordo que, não fora o índio, este País não teria as dimensões que tem.

Essa, Senhores, não é uma afirmação nascida apenas do envolvimento de minha vida com os povos indígenas. A História é clara em seus requisitos quanto à participação dos índios nas lutas travadas, à época colonial, pelo que, então, um domínio português.

Lutas que garantiram não apenas a manutenção, por Portugal, das terras descobertas no alvorecer do século quatorze, como também, o alargamento das fronteiras do que hoje constitui o território brasileiro.

Apesar da participação dos índios nas lutas e batalhas pela posse da terra brasileira, foram eles condenados a perder, com o avanço da civilização, o seu bem mais precioso: a terra de que dependem, umbilicamente, para existir.

Triste ironia Constrangedora realidade! São inúmeros os episódios que provam, de maneira cabal, a importância dos índios na configuração das fronteiras do Brasil. Presença que impregnou, com seus usos

e costumes, o cotidiano de todos nós. Mas que, estranhamento, não gerou o respeito que essa parte da humanidade é merecedora.

Senhores, Não tenho medo de cometer o pecado do exagero ao afirmar que seríamos todos mais felizes se tivéssemos, com os índios, aprendido em maior profundidade seus verdades e segredos.

Mais felizes se tivéssemos aprendido a singularidade de conviver com a natureza — e conosco mesmo — em ritmo diverso do nosso, libertos da velocidade, quase sempre irracional, da mundo contemporâneo.

Porque feliz e rico não é apenas quem acumula bens. Rico é, também, aquele que para viver, de pouco precisa, não estando compelido a esfalfar-se sem razão nem sentido e em prejuízo da ordem ecológica, aumentando assim, a velocidade da roda viva, que acelera os processos de degradação dos recursos naturais e da sobrevivência humana.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras O homem dito civilizado, que por insensatez mergulhou a sua existência na angústia, tem, diante de si, a possibilidade de reverter o presente para tentar ser feliz.

Feliz como os índios ainda isolados que, aos primeiros contatos, nos deslumbram com sua sorriso constante, ingênuo, doce e mente infantil.

Esses homens do coração do sertão riem para nós quando a eles chegamos. Sorriem sem saber que, ao chegarmos em suas terras, estamos condenando o sorriso a desaparecer — como desapareceram tantos povos indígenas entre mil e quinhentos e os dias que correm.

Senhores, Que a partir de agora a justiça aos povos indígenas continue sendo praticada pelo Governo e por toda sociedade.

É o mínimo que nós podemos e devemos fazer para resgatar tantas culpas, tantos anos, tantas omissões.

Quando a mim, carioca recém-nascido, graças à paternidade do Excecionismo Vereador Alfredo Syrkis e à honrosa sua amizade desta Casa, que o Cristo Rondon me proteja e os águas deste manto Rio me batizem para sempre.

Muito obrigado."

Sydney Pozzuolo

EXPEDIENTE

Jornal do Museu do Índio, órgão da Funai, vinculado ao Ministério da Justiça

- Publicação bimestral
- Jornalista: Cristine Botelho, reg. prof. 18.879
- Consultoria Técnica: Maria E. Brás Montello (Antropóloga)
- Técnico de Laboratório: João Domingos Laménica
- Produção: Jotanes Edições
- Diagramação e Montagem: Demétrius Sobrinho de Almeida
- Edição Eletrônica: José Jorge de Moraes Tel.: 293-5432
- Distribuição gratuita
- Nº 95 — Janeiro / Fevereiro / Março / 92
- Tiragem: cinco mil exemplares

Museu ao Vivo: editado pela Assessoria de Comunicação Social do Museu do Índio, Rua das Palmeiras, 55, Botafogo — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 22.270 — Tels.: 286-8899 e 286-2097 — Fax: 286-0845 — Telex: 37091 MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas.

EM FOCO

Literatura indígena em braille no Museu do Índio

por: CRISTINA BOTELHO

Foto: Laménica



A partir de junho deste ano, o Museu do Índio poderá oferecer aos deficientes visuais uma bibliografia especializada na questão indígena. O material ficará à disposição para consulta na Biblioteca Marechal Rondon. Este projeto está sendo desenvolvido pelo Índio Kaiwá, José Oado, que transcreve para o sistema braille textos relativos à cultura indígena.

"Os estudantes deficientes visuais têm muita dificuldade de pesquisar sobre o índio brasileiro, porque as informações acessíveis são poucas e desatualizadas.", afirma José Oado, estu-

dante de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que, desde 1982, exerce na Funai a função de transcritor e revisor da literatura indígena para o braille. No entanto, só agora conseguiu dinamizar seu trabalho, através de recente acordo firmado entre o Museu do Índio e o Instituto Benjamin Constant.

Já estão transcritos o histórico do Museu do Índio, textos sobre as culturas indígenas e as primeiras edições do jornal MUSEU AO VIVO. Estão previstas também transcrições de livros e revistas abordando a temática indígena

Museu do Índio realiza encontro preparatório para a RIO-92



Foto: Maria Goretti Moreira

Com a presença do prefeito Marcelo Alencar, do presidente da Funai, Sydney Possuelo, do coordenador-geral do Comitê Intertribal - 500 Anos de Resistência, Marcos Terena, do representante da Nação Hopi (Arizona, EUA) e membro da International Indigenous Committee, Tomás Banyacya Júnior, de políticos, ecologistas, artistas, lideranças indígenas e estudantes, o Museu do Índio realizou o Encontro Sociedades Indígenas e Meio Ambiente, nos dias 19 e 20 de novembro de 1991, no São Conrado Fashion Mall, Rio.

A relação dos povos indígenas com o meio ambiente e a discussão de terra e território para esses grupos foram os te-

mas abordados neste debate de significativa importância cultural, destacando-se como evento preparatório para a Rio-92.

YANOMAMI

A questão da demarcação do território Yanomami foi assunto polêmico durante o encontro. O presidente da Funai, Sydney Possuelo, destacou a necessidade do reconhecimento da sociedade nacional em relação à definição do conceito de terra indígena: "Ou nós reconhecemos que a terra de um povo indígena é onde ele habita com as suas necessidades culturais, de subsistência, com seus ritos importantes de sua história, ou vamos ficar eternamente com a alegação de que é muita terra para pouco índio."

Possuelo garantiu que a demarcação das terras indígenas ajuda a preservar as fronteiras brasileiras e evita a invasão de garimpeiros. "A demarcação da reserva Yanomami é necessária, sendo sua extensão delimitada a partir de estudos antropológicos, históricos e pesquisas de campo; não ameaçando de forma alguma a soberania nacional", concluiu o presidente.

Mais uma vez, o Museu do Índio cumpriu sua tarefa de atuar como centro de informações e referência sobre os povos indígenas, divulgando problemas atuais que serão objetos de discussão durante a Conferência do Rio. Para isso, contou com apoio da prefeitura do Rio e do Comitê Intertribal.

O público ao visitar o Museu do Índio pode conhecer também a Loja Artindia que vende artesanato dos diversos grupos indígenas do Brasil.

Foto: Lamérica



Litzokú Waritowé (boneca Karajá / TO)

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h-30m às 17h-30m. - Telefone: 296-8795.

Os jesuítas foram os principais introdutores e difusores das técnicas de preparo da erva mate (*Ilex Paraguariensis*), árvore nativa do Paraná e que já se constituía em um alimento de fundamental importância para os indígenas da cultura Guarani, os quais transmitiram aos colonizadores o uso do mate, deixando também influências da língua (sobretudo Quichuas, Guaranis e Caingangues), cujas expressões foram incorporadas ao vocabulário corrente das regiões ervateiras - Caá (erva mate), Tererê (chimarrão tomado com água fria) e Cuia (fruto do porangueiro).



ENTREVISTA

Com Maria de Pompéa A. Lima*



MV - Quais as principais atividades da B. M. R.?

MP - Podemos enumerar como principais as seguintes: adquirir, processar e arquivar material bibliográfico impresso e multimeios, bem como informações básicas de cultura indígena; realizar pesquisa científica no campo da bibliografia sobre grupos tribais; proporcionar a utilização pelos interessados das informações especializadas; manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras; viabilizar a atualização de seu acervo e a divulgação das publicações do Museu do Índio; efetuar empréstimos a bibliotecas e setores da Funai, utilizando serviços reproduzidos para atendimento às instituições.

A Biblioteca Marechal Rondon vai aos poucos consolidando-se em um centro básico de informações bibliográficas de interesse etnológico e assuntos correlatos. Suas coleções oferecem suporte às investigações etno-históricas e antropológicas, como fonte de referência especializada indispensável às atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação do Museu do Índio e Funai.

As dificuldades são muitas, como a falta de verbas, pessoal e material bibliográfico. Como exemplo, em 1990, devido à escassez de recursos, foram suspensas aquisições de importantes revistas estrangeiras.

As precárias instalações do prédio do Museu do Índio impedem o armazenamento adequado das coleções. Mas a nossa grande luta com a Biblioteca Marechal Rondon consegue sempre cumprir a sua missão: levar a sua mensagem.

MV - Qual o público que frequenta a B. M. R.?

MP - Ela se destina, prioritariamente, ao acadêmico. Porém, devido à dificuldade que os estudantes do 1º e 2º graus têm em obter informações atualizadas sobre a questão indígena, esta Biblioteca vem atendendo o público escolar, comprometendo, assim, na tarefa de divulgar junto à comunidade os diversos aspectos dos grupos indígenas.

MV - São frequentes as presenças de pesquisadores brasileiros e estrangeiros buscando informações para os seus trabalhos de especializações?

MP - Sim. Como exemplo, especialistas de universidades e museus brasileiros, além de instituições estrangeiras como Columbia University, Smithsonian Institute, University of Toronto, etc.

Museu ao Vivo - Quando e a partir de que coleção foi organizada a Biblioteca Marechal Rondon?

Maria de Pompéa - A Biblioteca Marechal Rondon, organizada em 1963 e assim denominada quando da criação Museu do Índio, foi reorganizada em 1969. Atualmente, conta com um acervo bibliográfico de mais de 20 mil volumes, cuja base foi resultado da reunião das coleções dos antigos Serviço de Proteção aos Índios - SPI, Conselho Nacional do Proteção aos Índios - CNPI e de parte da biblioteca particular do Marechal Rondon. Trata-se da primeira e única biblioteca voltada exclusivamente, para o estudo do índio brasileiro.

MV - Qual o seu acervo bibliográfico e sua especialidade?

MP - A aquisição do material que vem sendo feita pelas responsabilidades da direção do Museu restringe-se aos campos diretamente ligados a assuntos etnológicos e, particularmente, relacionados à problemática indígena.

Em seu trabalho rotineiro, procura a Biblioteca manter em dia a atualização de bibliografia recente sobre o tema de sua especialidade com ênfase no mundo de livros sobre os índios brasileiros, detidas em universidades nacionais e estrangeiras.

No âmbito do material impresso recebido, vale mencionar, a título de exemplo, a documentação oficial sobre assuntos indígenas, consistindo nos relatórios anuais dos Ministérios do Império, anteriores à criação do Ministério da Agricultura (1861) que passou a se ocupar dos índios. Complementam as informações da época, as Relatórias dos Presidentes das Províncias, reproduzidas em microfilme.

No setor de Referência, é importante citar a vasta documentação linguística (vocabulários, dicionários, etc.), como também uma coleção de mapas e atlas, dentre de especialidade e, no setor de periódicos, é bom lembrar o grau de completude de suas coleções e registrar as revistas do Instituto Histórico dos Estados Brasileiros.

* Maria de Pompéa A. Lima, hoje aposentada, foi responsável pela Biblioteca Marechal Rondon de 1970 a 1991.

Os Arara do Rio Branco

Foto: Sheila Sá



Índios Arara na balsa do Rio Aripuanã (MT)

SHEILA SÁ*

Os Índios Arara do Rio Branco vivem hoje uma situação de opressão e miséria. Desalojados, porque foram expulsos de suas terras de origem, na balsa do Rio Aripuanã entre os Rios Branco e Guariá, habitam, em sua maioria, a periferia da Cidade de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, e não contam com assistência regular por parte do órgão indigenista oficial e dos governos estadual e municipal. Na tentativa de solucionar o problema, em outubro do ano passado, a Funai criou um grupo de trabalho para adequação dos lotes da terra Arara. A proposta de área a ser demarcada é de 122 mil hectares.

Devido ao tipo de contato que mantiveram com a nossa sociedade a partir desta época, tornaram-se, por necessidade de sobrevivência, mestiços. Durante décadas, estiveram em suas próprias terras submetidos a padrões que os exploravam através do sistema de "barreado", onde deixavam seu gado com a borraça em boca de gêneros de primeira necessidade e outras mercadorias.

Nos últimos de 40 e 50, acionaram na região sudeste de Mato Grosso e os Arara eram obrigados a procurar tratamento de saúde nas cidades próximas, deixando, assim, seu território de origem. Muitos morreram na busca de saúde e foram enterrados pelo caminho. O cemitério de Igarapé Veadinho, à margem direita do Rio Branco, foi o que recebeu a maior número de índios devido à sua proximidade à aldeia mais populosa da época, a Aldeia do Veadinho. Até hoje os Arara narram esse episódio com grande tristeza.

Com o declínio da atividade da borraça, no início dos anos 60, veio o empobrecimento total e muitos foram expulsos de suas "colocações", tendo que procurar outros serviços.

O território de origem Arara foi sendo cotizado e invadido por diversos grupos de mineradores e madeireiros. Quando os sobreviventes do povo Arara começaram a voltar para a sua terra, foram impedidos por jagunços que asseguravam a área para aquelas empresas interessadas em sua exploração.

Ao longo dos últimos anos, devido à pressão intervencionista dos órgãos competentes, a situação dos Arara se agravou. Atualmente, são aproximadamente 60 famílias - cerca de 300 pessoas - vivendo entre as cidades de Aripuanã (MT), Nenauá (AM), Cutubá (MT), Anajimém (RO) e Nova Mãe (AM).

Nas periferias da Cidade de Aripuanã sobrevivem, hoje, outros catadores de lata, serventes, mecânicos, pescadores, semiproletários, mineiros, burocratas, etc. A maioria das famílias tem como renda mensal de um a dois salários mínimos. Alguns sobrevivem do Furorei, outras contam com a ajuda de vizinhos não-índios e da população regional, sensibilizada com a situação.

As condições de saúde dos Arara "na rua" é extremamente grave. A malária está presente

na região, pois há um constante ir e vir da população pelas áreas de campo. A substituição, o campo, a catapora e a diarreia atingem duramente os crianças.

Os mais velhos falam a língua de origem de forma reservada, ou seja somente entre eles e em determinados momentos, resultado do processo de evaporação à que foram submetidos. Os mais jovens não aprenderam a falar a língua de sua povo.

Mantendo a tradição, José Rodrigo Voto Arara, 71 anos, bruto e seu povo e os registros com garrafão feitos à base de ervas medicinais, que aprendeu a identificar com o seu pai, um cacique Arara. Nessa tarefa, é ajudado por sua esposa Anita e por Ramunda, viúva do antigo pai, que aprendeu com este o líder com lóias e rezas. Manuel, filho do Rodrigo e Anita, foi iniciado também na arte de reconhecimento e preparo de ervas pelo falecido pai.

Hoje os Arara se mobilizam pelo reconhecimento nas terras de origem. Lutam pela demarcação de seu território sem a presença de estradas "de chão", construídas pela prefeitura de Aripuanã e pelas madeireiros, a fim de facilitar a retirada de enormes quantidades de madeira nobres (cacho, magno e carapina) para serem comercializadas no Sul do país durante a seca. Os Arara reivindicam, assim, o direito histórico e constitucional de ocupar suas terras invencidas.

Nessa momento, a área de origem dos Arara do Rio Branco encontra-se totalmente dividida e invadida pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Os "proprietários", aproximadamente 68, mantêm homens armados para impedir que os índios retornem a seu território. Não há desenvolvimento de nenhuma atividade produtiva no local, que serve apenas como reserva de mercado futuro. Tal fato revoltou os Arara que, impedidos de natas usarem, pedem autoridades materiais na cidade sem poder plantar, trabalhar a sorvina, colher castanha e pescar no Rio Branco (seu principal de suas reivindicações).

Os Arara estão cansados de promessas por parte das autoridades e ameaças em suas terras, apesar das ameaças à sua sobrevivência física. "A gente tem que entrar. Não sei se é a índia que tá me chamando", afirma o índio José Rodrigo Voto Arara.

* Esta é a forma como os Arara se referem à situação de morar na cidade.

* Antropóloga do Setor de Documentação do Museu do Índio.

Porque "tanta" terra para "pouco índio"?

MENELA MOREIRA*

que vêem terra apenas como um bem de produção a ser explorado.

Os exemplos de desrespeito aos povos indígenas são inúmeros, incontáveis. De mais conhecidos, eu mais citados, são o caso da Chaparra, onde os índios, em várias ocasiões, foram expulsos e levados em suas demonstrações de identidade, depois de povo espanhol, de outros, numa luta sem regras, lutaram e venceram, chamando a atenção do mundo para seu direito de autodeterminação, enquanto na Índia, de outro, de vez em quando, comovem estudantes contra os dirigentes de um país que se aceita a reconhecer nesse povo um nação.

Além disso, negar o direito a uma terra milenarmente ocupada por determinados povos, argumentando ser "tanta terra para pouco índio", é negar também o direito a esse povo de conhecer sua terra e resistir. E quem garante que no caso Yanomami, hoje estimado em nove mil pessoas, não cheguem a 12 mil no próximo ano, ou 20 mil dentro de 15 anos?

Quando o argumento é muito forte para pouco índio, só há uma resposta: há um povo em expansão (garantida as condições de saúde), para o qual o Governo Brasileiro destinou uma área de 2,4 milhões de hectares. Há também uma empresa multinacional, encabeçada no Amazonas, com 10 milhões de hectares, a MATUSA (Mediterrânea Nacional S. A.) e há proprietários de terras, cujas áreas são de seus direitos, em quantos pontos locais, possivelmente de 200 mil hectares de terra, como é o caso de Tiririca Beir, em Roraima.

Então, a pergunta não é a quantidade de terras para estes povos e sim o reconhecimento (ou não) de seus direitos e o respeito e se distinguem enquanto povos diversos, e de sociedade brasileira dentro uma sociedade pluralística, onde pode existir de seu espaço.

* Assessoria de Imprensa do Procurador Geral de República.

INFORMES

Genética Keryak

A análise genética de populações indígenas sempre foi considerada difícil, devido ao fato de incluir em a frequência de desvios em indivíduos nativos nas áreas.

O material foi enviado por especialistas nas áreas de Língua (Raimundo Mendes, Instituto Social André Tarso Martins) (Flaviano Roberto Viana).

A edição das cartilhas contou com o apoio da Secretaria Estadual de Recursos Turísticos de Mato Grosso (1990), da então, vice-governadora Fátima Arantes e da Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul de Janeiro com credencial e impressão de 100 exemplares no último mês de junho.

Algo sobre a história foi publicado na primeira edição do jornal Mato do Rio "Mato do Rio em três partes para professores e alunos Keryak", Gênesis Peres.

Associação de Araras do Mato do Rio Branco

Receberá suporte e Museu do Índio e projetos educacionais, culturais e recreativos com a Fundação de

matéria de publicações para o ensino indígena. Como são as primeiras da Associação de Araras do Mato do Rio Branco (AM) e FINEP, São Paulo, Brasil, em 1983, do Mato do Rio Branco, que tem publicado documentos da pesquisa de história indígena nativa.

Informações pelo telefone: (080) 040 e 020-0007.

Colocando de Hora e da Balsa das Nações Indígenas

De 10 a 12 de abril deste ano, a Reserva Indígena de Mangalândia, no Paraná, promoveu a Primeira Semana Nacional sobre Cultura das Nações Indígenas Brasileiras com a presença de representantes indígenas de todo o país, durante sessão plenária e plenária de trabalho e se fechou com o lançamento indígena.

Em 10 de maio, representantes dos diversos grupos indígenas poderão encontrar sugestões de livros e materiais. O Conselho do Conselho do Rio de Janeiro das Nações Indígenas também tem 500 mil.

Informações com José Carlos Gabriel pelo telefone (040) 431148.

USANDO A TRADIÇÃO E ABUSANDO DA QUALIDADE

IMPRESSO